



Encontro em Brasília reuniu representantes da Agência, do Parlamento e da Confederação para debater a evolução da pauta regulatória

O presidente da Confederação Nacional de Proteção Patrimonial Mutualista (CNPPM), Kleber Vitor, participou, na última quarta-feira (8), de uma reunião na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em Brasília (DF), para discutir a implementação das novas exigências regulatórias aplicáveis aos transportadores autônomos.

O encontro contou com a presença do deputado federal Reginaldo Lopes, do diretor-geral da ANTT, Guilherme Theo Sampaio, de Allan Milagres, assessor especial de Relações Institucionais, Internacionais e de Comunicação da Agência, de José Aires Amaral, superintendente de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas (SUROC/ANTT), e de Igor Freitas, coordenador de Acompanhamento Legislativo (CGPAR/AESRIC/ANTT).

Durante a reunião, a ANTT sinalizou a construção de uma pauta propositiva voltada ao escalonamento das novas exigências regulatórias, buscando uma implementação gradual que considere a realidade operacional dos caminhoneiros autônomos. A proposta tem como objetivo proporcionar uma transição mais segura, reduzindo impactos, favorecendo a adaptação ao novo cenário regulatório e garantindo que as mudanças ocorram de forma compatível com a rotina de quem atua diariamente no transporte rodoviário de cargas.

Para o presidente da CNPPM, o diálogo entre o poder público e as entidades representativas é fundamental para que as políticas públicas sejam construídas de forma equilibrada e efetiva.

“A reunião representou um importante avanço no diálogo institucional entre a ANTT, o Parlamento e as entidades que acompanham de perto a realidade do transporte brasileiro. É essencial que as mudanças regulatórias sejam implementadas com planejamento e sensibilidade, respeitando as particularidades da atividade e permitindo que os caminhoneiros autônomos tenham condições de se adequar às novas exigências. A CNPPM continuará contribuindo tecnicamente para a construção de soluções que fortaleçam o setor e promovam mais segurança jurídica para todos os envolvidos”, destacou Kleber Vitor.

A Proteção Patrimonial Mutualista é uma realidade no Brasil, e a CNPPM segue atuando de forma técnica, institucional e propositiva junto aos órgãos públicos e às entidades representativas, contribuindo para o aperfeiçoamento do ambiente regulatório e para a construção de soluções que fortaleçam o setor e beneficiem toda a cadeia do transporte, especialmente os caminhoneiros autônomos.

Fonte: Mostra de Ideias, em 13.07.2026